

# Para Ulysses, emenda Sarney sera aprovada

5 OUT 1985

CORREIO BRAZILENSE

São Paulo — O presidente da Câmara dos Deputados, Ulysses Guimarães, manifestou ontem a convicção de que, na comissão mista que examinará a proposta de Emenda Constitucional, de autoria do governo que convoca a Constituinte, prevalecerá a posição de que não deve haver uma Assembléia Nacional Constituinte exclusiva, e sim a eleição de um Congresso com poderes constituintes.

Ulysses Guimarães frisou que essa é a posição majoritária da comissão, rejeitada apenas pelo PT, e por isso deverá prevalecer, seja qual for o teor do parecer e do substitutivo do relator Flávio Bierrembach (PMDB-SP), que informou domingo ao presidente da Câmara, por telefone, que o entregará à comissão até quarta-feira.

O presidente da Câmara voltou a defender a idéia da formação de uma comissão representativa unicameral, composta por 70 a 80 deputados e senadores, com representação propor-

cional aos partidos, para exercer as funções legislativas durante o período de elaboração da nova Constituição e evitar o uso de decretos-leis pelo Executivo.

Ulysses Guimarães acrescentou que, após entendimento com o ministro da Administração, Aluizio Alves, o relator do projeto de ampliação da anistia aos militares e civis já tem em mãos uma fórmula que, segundo o presidente da Câmara, é o viável e o possível no momento e tem condições de ser apoiado pelos dois terços do Congresso necessários à sua aprovação.

Sem entrar em detalhes, Ulysses limitou-se a dizer que a fórmula tem por objetivo "evitar os eventuais prejuízos econômicos que refletem sobre a família", mas deu a entender que se trata, no caso dos militares, da promoção à reserva, com o pagamento de salários correspondentes às novas patentes, sem reintegração nem ressarcimento de salários atrasados.

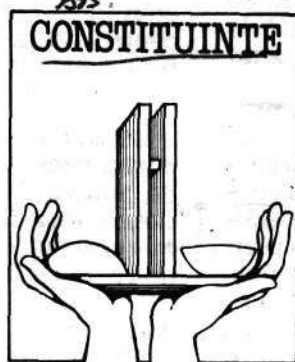
## Índios querem participar

O ministro da Justiça, Fernando Lyra, considerou ontem "interessante" a reivindicação da União das Nações Indígenas (UNI) de eleger nas comunidades indígenas de todo o País 10 delegados — dois por cada região geopolítica — à Assembléia Nacional Constituinte. Ele encaminha hoje a proposta para análise das duas Comissões Constitucionais existentes na órbita do Executivo e do Legislativo, presididas pelo jurista Afonso Arinos e pelo deputado Alencar Furtado.

Após receber uma comissão com representantes de treze nações indígenas, Lyra prometeu a eles estudar a melhor fórmula para a concretização da proposta. Além do contato com as duas comissões Constitucionais, Lyra deverá também participar a intenção dos índios ao relator da Comissão Interpartidária que analisa a emenda do presidente Sarney de convocação da Constituinte, Flávio Bierrembach.

— Decidimos participar da elaboração da nova Constituição — afirma o documento da UNI — porque esta lei trata de questões de interesse imediato dos povos indígenas, tais como o direito à terra e a incorporação dos índios à sociedade nacional. Como habitamos o território brasileiro, nos sentimos não só no direito mas no dever de influir na forma de organização do Estado brasileiro, para que respeite os povos indígenas e todos os brasileiros, inclusive quanto à correta e justa utilização e distribuição de riquezas.

Os índios pretendem participar da Assembléia Nacional Constituinte sem submeter seus representantes ao sufrágio universal e secreto ou à forma de representação partidária em vigor no País. Eles apóiam porém, a candidatura pelo PMDB de três candidatos índios a delegados constituintes: Marcos Terena, pelo Distrito Federal, Ydjarruri, por Goiás e Yanukulá, por São Paulo.



## Nova rodada de discussão

O presidente da Câmara e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, promove hoje uma nova reunião com todas as lideranças partidárias com representação no Congresso Nacional — provavelmente em sua residência — para concluir as discussões em torno dos pontos polêmicos que envolvem a aprovação da Emenda José Sarney, que convoca a Constituinte.

Das discussões de hoje, iniciadas na reunião da semana passada, deve resultar uma posição concreta das bancadas dos partidos com relação à questão do prazo de desincompatibilização, anistia aos militares e criação de uma comissão de legislação ordinária, composta de 15% dos parlamentares da Câmara e 15% do Senado. Na última reunião só ficou definido que os parlamentares devem aprovar o ato convocatório da Constituinte, formada pelos deputados e senadores eleitos em 15 de novembro de 86.

## Líder confia na negociação

Belo Horizonte — O líder do PMDB na Câmara Federal, deputado Pimenta da Veiga, disse ontem, nesta capital, que os entendimentos políticos em torno da convocação da Assembléia Constituinte, a ser votada na próxima semana pelo Congresso, "convergem para sua manutenção nos moldes do texto encaminhado pelo presidente José Sarney".

Segundo ele, "tudo indica que será alcançado um substituto harmônico para as questões mais polêmicas, contemplando a todos, numa convergência média entre as lideranças e os políticos de maior expressão no Congresso".

— Teremos um Congresso com poderes constitucionais que atingirá tudo o que foi pregado na longa campanha do PMDB garantiu Pimenta da Veiga.

## OAB elabora documento para a Constituinte

O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil estará reunido a partir de hoje, na sede da OAB/DF, para discutir a elaboração de documento com sugestões dos vários setores da sociedade a ser entregue à Assembléia Nacional Constituinte, eleita e instalada.

Entre os temas que serão debatidos no II Con-

gresso Nacional de Advogados pró-constituintes, destacam-se: "O problema da terra e da reforma agrária", "Situação Jurídica da mulher", "Direito das minorias", "Intervenção do estado na economia", "Sistemas de governo", "Forma de estado", "A federação na nova Constituinte brasileira" e "Direitos dos trabalhadores".

ANC 88  
Pasta 10/85-1  
124/1985